

## O Silêncio do Retrocesso: Notas sobre as relações Brasil – África no Governo Bolsonaro a partir de uma perspectiva comercial (2019-2021)

*The Silence of Regression: Notes on Brazil – Africa relations in the Bolsonaro Government from a Trade Perspective (2019-2021)*

Mateus José da Silva Santos<sup>1</sup>, UFPel

### Resumo

O objetivo principal desse artigo é analisar algumas das principais características das relações comerciais entre o Brasil e o continente africano durante os primeiros anos do Governo Jair Bolsonaro (2019-2021). Argumenta-se que o comércio entre Brasil e África se situa em um descompasso entre um discurso de valorização da dimensão econômica do continente e a diminuição de seu peso na balança comercial do país nos últimos anos. Aspectos como as principais parcerias do país em África, o registro de seguidos superávits comerciais e uma tendência oscilatória nas importações e exportações nos últimos anos evidenciam a manutenção de características registradas durante parte da última década. Por meio de uma metodologia mista, agregando tanto análise quantitativa quanto qualitativa, exploram-se discursos vinculados aos formuladores da PEB nos últimos anos, além de dados obtidos junto ao Portal de Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil.

**Palavras-chave:** Relações Brasil – África; Política Externa Brasileira; Bolsonaro; Comércio Brasil – África; História das Relações Internacionais.

### Abstract

The main objective of this article is to analyze some main characteristics of trade relations between Brazil and the African continent during the first years of the Jair Bolsonaro Government (2019-2021). It is argued that trade between Brazil and Africa is situated in a mismatch between a discourse of valuing the continent's economic dimension and the decrease in its weight in the country's trade balance in recent years. Aspects such as the country's main partnerships in Africa, the record of consecutive trade surpluses and an oscillating trend in imports and exports in recent years show the maintenance of characteristics registered during part of the last decade. Through a mixed methodology, adding both quantitative and qualitative analysis, discourses linked to PEB formulators in recent years are explored, in addition to data obtained from the Brazilian Foreign Trade Statistics Portal.

**Keywords:** Brazil – Africa Relations; Brazilian Foreign Policy; Bolsonaro; Trade Brazil – Africa; History of International Relations.

### Introdução

Em programa de governo apresentado às eleições presidenciais de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) defendeu a construção de um Novo Itamaraty. Entre as poucas

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA). E-mail para contato: mateus\_santos29@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

considerações diretas sobre o futuro da Política Externa Brasileira (PEB), um sentido de ruptura em relação aos governos antecessores era anunciado. Além de mudanças organizativas e na própria orientação da Política Externa, Bolsonaro acenava com um redirecionamento da inserção internacional do país, privilegiando algumas agendas (dimensão dos valores e o comércio), parceiros (países como Estados Unidos, Itália e Israel) e meios de conduta (bilateralismo) (PSL, 2018).

Sem se remeter diretamente ao continente africano, a ausência daquele que ocupara a condição de “prioridade” em governos anteriores dizia muito acerca dos possíveis caminhos a serem seguidos pelo novo presidente (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p.135). Aprofundando uma tendência de afastamento do Brasil em relação ao vizinho de Atlântico, o silêncio do programa de governo sobre as relações entre brasileiros e africanos acenava com a continuidade de uma trajetória de retrocesso, em contraste aos esforços de construção de contatos mais estreitos entre as duas partes em diferentes momentos da História da PEB nos séculos XX e XXI.

Constituindo uma apresentação inicial de uma agenda de pesquisa em curso sobre as relações Brasil – África no governo Bolsonaro, destacaremos as primeiras impressões e análises desenvolvidas ao longo dos últimos meses, apontando algumas características gerais do comércio entre brasileiros e africanos entre 2019 e 2021. Para tal exercício, adota-se uma metodologia mista. A partir do banco de dados disponíveis no Portal de Estatísticas de Comércio Exterior (COMEX STAT), analisa-se, por meio do método quantitativo, o quadro das relações comerciais envolvendo Brasil e África nos últimos anos, considerando o histórico envolvendo exportações e importações. Por meio do método qualitativo, apontam-se algumas das principais perspectivas expressas por formuladores da PEB, com destaque para as percepções sobre o papel das relações Brasil – África na contemporaneidade centrada na dimensão comercial.

Considerando as relações comerciais como uma variável relevante no processo de reaproximação do Brasil com o continente africano no início do século XXI, buscar-se-á estabelecer as bases para um olhar comparado e histórico sobre o tema no governo Bolsonaro, apontando sua inserção em meio ao quadro crítico vivido pela PEB. Argumenta-se que, em meio ao processo de retração da presença brasileira no continente negro, um descompasso entre discurso e prática se verificou ao longo dos primeiros anos do governo Bolsonaro. Apesar da valorização discursiva da África enquanto vetor de expansão do comércio exterior brasileiro, reduzindo o caráter multifacetado das relações entre as duas partes do Atlântico, o Governo

Bolsonaro expressou um sentido de continuidade em relação aos mandatos presidenciais anteriores. Além do caráter oscilatório e superavitário desse comércio, aspectos como a concentração das exportações em um grupo de parceiros específicos, a queda da participação africana no comércio exterior brasileiro e o discurso de ampliação das relações comerciais sinalizam com a inexistência de uma política específica de recuperação da presença do país no continente africano, mesmo frente a uma agenda supostamente valorizada pelos formuladores da PEB.

Este texto é dividido em três partes. Num primeiro momento, apresentam-se as tendências históricas sobre as relações Brasil – África e sua trajetória na década passada. Em seguida, parte-se para uma discussão das principais variáveis que constituem, em nosso entendimento, a base para um estudo crítico sobre a situação das interações entre brasileiros e africanos nos últimos anos. Por fim, destacaremos algumas das principais características do comércio brasileiro com o continente africano, com destaque para uma tímida recuperação no ano de 2021.

### **Um Atlântico cada vez maior: sentidos contemporâneos do distanciamento entre Brasil e África**

Na historiografia das relações Brasil – África, diversos autores convergem sobre a sua natureza inconstante dentro da trajetória da PEB (SARAIVA, 1996; CERVO, 2008; ALMEIDA, 2017). Inserida dentro das estratégias mais gerais de diversificação das relações exteriores e construção de caminhos para uma maior projeção do país no sistema mundial, as interações entre brasileiros e africanos assumiram contornos distintos ao longo das últimas décadas. Se momentos como a Política Externa Independente (PEI) nos governos Jânio Quadros e João Goulart, o Pragmatismo Responsável no governo Geisel e a Política Externa Ativa e Ativa no Governo Lula constituíram pontos altos de políticas específicas de aproximação, outros contextos como os governos neoliberais dos anos 1990 se caracterizaram pela tendência de distanciamento.

A trajetória mais recente se insere também dentro dessa última tendência. Considerando os últimos dez anos (2011-2021), um sentido de afastamento do Brasil em relação ao continente africano vem sendo reconhecido pela produção especializada. Conforme Elga Lessa de Almeida (2017), um recuo nas relações Brasil – África pode ser visto desde o governo Dilma Rousseff, aprofundando-se com o seu sucessor Michel Temer. Essa mesma perspectiva foi defendida por Flávio Francisco, Kethelyn Santos, Maryanna Sagio Alves (2020). Nas origens

de tal mudança estaria o reconhecimento de um quadro de declínio na inserção internacional, impulsionado principalmente pelas dificuldades domésticas.

Outros autores como Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020) defendem a existência de uma mudança de ajuste na Política Externa para a África durante o governo Dilma. Em meio aos desafios conjunturais que caracterizaram seu primeiro mandato, as relações com o continente africano teriam sido marcadas pelos esforços de manutenção das linhas mais gerais definidas ainda no governo Lula. Contudo, o que se viu foi “um enfraquecimento, resultado de condicionamentos internos e externos, ainda que tenham mantido sua relevância para a política externa brasileira, tanto em termos políticos, quanto econômicos” (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 129).

Profundamente afetada pelo agravamento da crise política no país, a Política Externa sofreu ainda mais com mudanças a partir da chegada de Michel Temer à presidência. As controvérsias existentes no processo de impeachment de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção envolvendo o Chefe de Estado e setores de seu próprio governo e a aplicação de uma agenda política à direita daquela que fora vitoriosa nas eleições de 2014 acarretaram uma crise de legitimidade que afetaria os rumos da Política Externa (OLIVEIRA; PENNAFORTE; MARTINS, 2018). Além de afastar o Brasil de parcerias consideradas estratégicas nos governos anteriores, o governo Temer priorizou uma política de atração de investimentos e recuperação do peso de antigas parcerias tradicionais do país (MOREIRA, 2020). Sob o signo da “desideologização”,<sup>2</sup> os novos caminhos traçados para a Política Externa visavam romper com a sua trajetória recente, inserindo-a diretamente no processo de avanço das reformas neoliberais no país.

Do ponto de vista das relações Brasil – África, houve um aprofundamento no distanciamento entre as duas partes. Segundo Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020), em meio a uma leve recuperação comercial, o número de projetos de cooperação impulsionados pelo Brasil declinou. Nessa perspectiva, a dimensão política do

---

<sup>2</sup> Conforme Danilo Sorato Oliveira Moreira, compreende-se enquanto desideologização o apelo a uma “aparente neutralidade ideológica” na formulação da PEB (2020, p.12). Inserido num contexto de mudança na inserção internacional do país, esse tipo de discurso pode ser visto como uma incorporação de tendências contemporâneas críticas a Política Externa no governo Lula, impulsionada por setores mais liberais (JAKOBSEN, 2013; MOREIRA, 2020). Contudo, a crença de uma política externa não ideológica é equivocada. Além de buscar fundamento em uma dicotomia entre técnica e ideologia, a demarcação de uma suposta neutralidade se torna um recurso discursivo por parte daqueles que, no interior de uma determinada configuração das relações de poder, visam cancelar suas políticas em detrimento de uma leitura específica sobre passado e presente.

relacionamento com o continente africano deixou de existir, correspondendo à tendência mais geral de afastamento de antigos parceiros estratégicos nos governos anteriores.

Tal movimento foi acentuado a partir de seu sucessor. Em mais de três anos de governo, Jair Bolsonaro sequer realizou uma visita de Estado em algum país do continente africano (GULLINO, 2022).<sup>3</sup> O aprofundamento do declínio da inserção internacional brasileira foi evidenciado no alinhamento aos EUA de Donald Trump, na interação cada vez mais constante com governos e movimentos de direita e extrema-direita em diversas partes do mundo e no abandono de uma perspectiva de projeção exterior autônoma. Considerando este cenário, buscaremos traçar algumas perspectivas analíticas sobre as relações Brasil – África no governo Bolsonaro a partir de um olhar histórico, tendo em vista a existência de variáveis que influenciaram a formulação e a execução da PEB na direção de seu vizinho Atlântico em diferentes épocas. Nesse exercício, dialoga-se com as análises de Amado Luiz Cervo sobre as “múltiplas” bases históricas de relacionamento entre Brasil e África (2008, p.293), revelando as mais diferentes estratégias impulsionadas pelo primeiro na tentativa de ampliar sua presença frente ao segundo.

### **Caminhos para uma análise das relações Brasil – África no governo Bolsonaro**

Nos esforços de elaboração de um estado da arte de tais interações, apontaremos a seguir algumas variáveis que historicamente atribuíram conteúdo às relações Brasil – África ao longo de diferentes momentos entre os séculos XX e XXI e que constituem, em nosso entendimento, aspectos importantes para a construção de uma agenda de pesquisa contemporânea. Dentre as principais questões, destacam-se a dimensão comercial, a cooperação em suas diferentes modalidades, a produção e mobilização de discursos, além da interação entre atores sociais e a formulação de políticas direcionadas à ampliação de relações com o continente africano.

A primeira variável é o comércio exterior. Nos momentos de maior aproximação entre brasileiros e africanos desde os anos 1960, o potencial do mercado africano para a ampliação das exportações brasileiras e as necessidades de importação de recursos estratégicos estimularam o desenvolvimento de tais relações. Como parte integrante do próprio

---

<sup>3</sup> Outro importante diagnóstico acerca da perda de relevância do continente africano no interior do quadro de retrocesso na PEB desde 2016 reside no fechamento de representações diplomáticas. Conforme Patrícia Campos Mello (2017), propostas de fechamento de postos na África já estavam presentes desde o governo Temer. Sob a justificativa dos cortes orçamentários vividos pelo MRE, as embaixadas brasileiras na Libéria e em Serra Leoa fizeram parte de uma política de remanejamento proposta pelo então chanceler José Serra. Contudo, tal ação ocorreu somente no governo Bolsonaro. Juntamente com outros postos no Caribe, as duas embaixadas citadas tiveram seus trabalhos encerrados por decreto em maio de 2020 (FREIRE, 2020).

desenvolvimento do capitalismo brasileiro, determinadas iniciativas em direção ao continente negro evidenciavam a sua relevância enquanto possível receptor de produtos manufaturados e alvo do processo de internacionalização das empresas brasileiras (CERVO, 2008).

Ainda que os resultados alcançados não possam ser superestimados,<sup>4</sup> a dimensão comercial nas últimas décadas se constituiu num dos principais termômetros para a avaliação da intensidade das relações Brasil – África dentro da própria dinâmica da História da PEB. Mesmo num contexto de retrocesso na inserção internacional brasileira a partir dos efeitos da crise política vivida no país desde 2013, a importância econômica da África não desapareceu no discurso de determinados atores da Política Externa. Em Discurso de Posse, o ex-chanceler José Serra (PSDB) estabelecia como uma das novas diretrizes da PEB no governo Temer alterações na política brasileira para a África, priorizando o que considerava como “um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos” (SERRA, 2016). Seu sucessor, Aloysio Nunes (PSDB), apontou para esse mesmo sentido, considerando o continente como uma “prioridade permanente da política externa brasileira” (FERREIRA, 2017, p.17), potencializada, dentre outras coisas, pela perspectiva de ampliação das relações comerciais. Como se verá a seguir, tais acenos não se traduziram em uma prática de aprofundamento do comércio entre Brasil e África, porém denotam a manutenção, no plano do discurso, dessa agenda enquanto uma das mais estruturantes dentro da formulação de políticas voltadas para aquele continente.

A segunda variável relevante diz respeito à cooperação. Consolidando-se enquanto um Estado promotor, a cooperação brasileira com o continente africano adquiriu destaque nas duas últimas décadas, tornando-se um dos principais vetores na construção de uma política africana. Nos marcos da chamada Cooperação Sul-Sul, a intensificação nos laços entre brasileiros e africanos a partir de uma agenda que assumiu espaço cada vez mais relevante na PEB no século XXI buscava assumir características singulares, frente às experiências de ajuda externa protagonizadas pelo Norte Global. Conforme João Antônio dos Santos Lima (2014), a Cooperação Sul – Sul assumiu nos discursos oficiais uma forte tendência de valorização de aspectos como “a horizontalidade, um relacionamento livre de imposições e com realce para o

---

<sup>4</sup> Sem desconsiderar a importância dos resultados econômicos do processo de reaproximação do Brasil com o continente africano no governo Lula, cumpre destacar que os maiores níveis de participação africana no comércio brasileiro ocorreram no governo Figueiredo. Conforme José Flávio Sombra Saraiva (1996), o país registrou cerca de 7,3% do total de suas importações sendo oriunda do continente africano. 9,3% das exportações brasileiras tiveram como destino o seu vizinho Atlântico. Em 1985, a partir de dados fornecidos por Claudio Oliveira Ribeiro (2010), os níveis registrados foram de 13,16% e 7,89% respectivamente.

compartilhamento de experiências vivenciadas em contextos com certo grau de semelhança” (LIMA, 2014, p.360). Longe de constituir uma espécie de “cooperação desinteressada” (MILANI, 2017, p.02), a emergência do Brasil e de outros países em desenvolvimento enquanto expoentes de um tipo de cooperação geopoliticamente fora do eixo tradicional composto pelos principais atores capitalistas no século XX esteve inscrita também dentro de um contexto de aprofundamento da crise hegemônica dos EUA e do possível redesenho de uma ordem mundial a partir de uma perspectiva multipolar. Nesse sentido, o investimento em cooperação se tornou uma ferramenta cada vez mais relevante nas estratégias de inserção internacional dos países emergentes e na materialização de uma possível nova configuração na arquitetura política mundial.

Na trajetória das relações Brasil – África, a dimensão discursiva ocupou um papel estrutural e estruturante na produção de aproximações e distanciamentos entre as duas partes. No seio das reflexões sobre a própria identidade brasileira e sua relação com passado, presente e futuro do país, visões sobre a África, os africanos, a África no Brasil e o Brasil na África formataram diferentes iniciativas na direção do continente negro. Com maior ênfase a partir dos anos 1960, as relações Brasil – África foram norteadas, dentre outras coisas, pelo chamado discurso culturalista, caracterizado pelas tentativas de legitimar a política de aproximação do país com o continente negro a partir do seu reconhecimento enquanto “consequência natural dos séculos de contatos do Brasil com a África” (SARAIVA, 1993, p.219). Estruturado a partir do louvor à chamada democracia racial, esse discurso de afirmação de uma condição singular do país na construção de laços com os Estados africanos reunia tanto um sentido de afirmação positiva da experiência social, política e racial do Brasil quanto à crença de um papel estratégico a ser cumprido diante das novas unidades políticas (SANTOS, 2005). Num jogo entre a [re]construção de seu próprio passado e as perspectivas quanto ao futuro do país no sistema mundial, esse discurso, com suas adaptações, atravessaram governos, décadas e gerações, sendo mobilizado por sujeitos distintos ao longo da história da PEB.

As críticas impulsionadas pelos movimentos sociais, em especial, o movimento negro resultaram na emergência de um novo tipo de discurso no interior das iniciativas brasileiras para a África.<sup>5</sup> Fundamentado pelos perversos efeitos da escravidão atlântica, o reconhecimento

---

<sup>5</sup> Um exemplo de crítica sobre o discurso culturalista pode ser visto nas considerações de Abdias do Nascimento em *O Quilombismo*. Analisando a influência de uma ideologia de branqueamento na produção da Política Externa Brasileira, o autor evidencia o descompasso entre um discurso em defesa da descolonização e a prática marcada por votos brasileiros alinhados com as potências coloniais nos espaços multilaterais. Além desse componente, a denúncia do que ironicamente classifica como “demagogia racial” foi outro aspecto central de sua crítica

de uma dívida histórica do Brasil para com os africanos e a luta contra o racismo se constituiriam em recursos mobilizados nos discursos sobre as relações Brasil – África ainda no final do século XX, ganhando maior força especialmente no Governo Lula (DÁVILA, 2011). Nessa perspectiva, tal relacionamento assumiria um caráter afirmativo de reparação histórica e, ao mesmo tempo, um compromisso social de natureza internacional.

Como uma quarta variável, a movimentação dos atores sociais e as disputas dentro do próprio Estado para a formulação da Política Externa ocuparam também uma dimensão relevante no contexto das relações Brasil – África. Em décadas de trajetória contemporânea, diferentes atores lutaram pela conquista de maior influência na atribuição de seus rumos, apontando criticamente para diferentes sentidos sobre o papel africano na PEB. Entre as figuras de maior destaque, intelectuais, militares e segmentos dinâmicos da economia brasileira tentaram incidir sobre os rumos das políticas para o continente africano, mobilizados por diferentes fatores como uma maior projeção do país na arquitetura global, a definição de um entorno estratégico transcontinental e suas consequências para o debate sobre Segurança e Defesa Nacional, além do movimento de internacionalização do capitalismo brasileiro.

Outros atores como as igrejas neopentecostais e os movimentos negros, também assumiram alguma relevância no debate público e nas intervenções sobre as relações Brasil – África. No primeiro caso, episódios recentes como as controvérsias envolvendo a Igreja Universal do Reino de Deus em Angola chamaram atenção para a sua relevância para setores que compõem a coalizão que sustenta o governo Bolsonaro (FRANCISCO; SANTOS; ALVES, 2020), chamando atenção para a dimensão histórica dessa temática dentro de um estudo sobre a Política Externa.

Com relação aos movimentos negros, o apoio aos processos de descolonização no continente africano e as críticas desenvolvidas ao discurso culturalista reforçam a sua importância dentro do debate público sobre o lugar da África na PEB. Ainda que seu peso na formulação da Política Externa seja questionado por alguns autores,<sup>6</sup> a correlação entre a luta contra o racismo, as propostas de mudança na inserção internacional brasileira e as perspectivas

---

(NASCIMENTO, 1980, p.168), desconstruindo o papel da diplomacia brasileira na propagação de uma imagem brasileira no exterior a partir da autoproclamação de uma democracia racial.

<sup>6</sup> Esse princípio de divergência pode ser visto a partir de uma comparação entre as abordagens de José Flávio Sombra Saraiva (1996) e Jerry Dávila (2011) sobre o tema. Conforme o primeiro autor, ainda que os movimentos negros tenham ocupado posição de destaque no questionamento do discurso culturalista, sua crítica não chegou a constituir em “fator no processo decisório da política exterior do Brasil para a África” (SARAIVA, 1996, p.237). Já para o autor estadunidense, o fortalecimento do movimento negro a partir dos anos 1970 e sua atuação no processo de redemocratização do país contribuíram para uma maior interação com temas de Política Externa, em sintonia com as discussões sobre a desigualdade racial no país.

de aproximação com o continente africano foram vistas como um recurso favorável à interação entre esse segmento social e as relações exteriores. A importância das relações Brasil – África na interlocução entre governo e movimentos sociais pode ser captada na inclusão do tema na intervenção do então presidente Lula no Fórum Social Mundial em 2003:

Nos primeiros dias do seu governo, em 2003, em discurso no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Lula afirmou que o Brasil ficou com os olhos voltados para a Europa durante quinhentos anos e que aquele era o momento de olhar para a África e para a América do Sul, no sentido de fortalecer novas parcerias que garantiriam uma maior independência e força política de negociação na arena internacional (LAMAS; FINAZZI; NASSER, 2017, p.134).

Na afirmação da natureza da política externa enquanto uma política pública e estruturada pelas relações de poder inscritas numa determinada sociedade, um olhar na direção das movimentações dos atores institucionais e sociais se torna fundamental na construção de uma agenda de pesquisa sobre as relações Brasil – África no passado e no presente. Em um governo caracterizado por fissuras entre os heterogêneos setores que o constituem (SARAIVA; SILVA, 2019), essa marca tende a influenciar o olhar sobre as interações entre brasileiros e africanos nos últimos anos, ainda que tal tema não assuma a condição de agenda estratégica diante do quadro de retrocesso na inserção internacional.

Sem desconhecer a relevância de uma abordagem que contemple as quatro variáveis para uma compreensão mais profunda sobre o tema, apresentaremos a seguir os resultados provisórios de uma pesquisa em curso, estruturada a partir da investigação de cada um dos elementos apresentados. Destacando neste momento os aspectos comerciais entre Brasil – África nos últimos anos, esperamos contribuir para a produção de estudos que agreguem esforços ao desenvolvimento de um balanço crítico sobre as relações entre brasileiros e africanos dentro de uma perspectiva histórica, bem como de somar aos esforços mais amplos de compreensão de um quadro crítico para a PEB.

### **Entre o Discurso Comercialista e a timidez de resultados: dados sobre o comércio Brasil – África**

Em discurso proferido durante uma conferência comemorativa ao Dia da África, Ernesto Araújo reafirmava algumas das principais bases do chamado discurso culturalista. Atribuindo um caráter histórico e identitário como fundamentos no desenvolvimento de relações entre

brasileiros e africanos, a intervenção do chanceler brasileiro também enfatizava agendas consideradas prioritárias para a Política Externa no governo Bolsonaro:

Quero enfatizar que, na nova visão de política externa que estamos implementando, a dimensão econômica e comercial das relações Brasil – África é fundamental. Convido nossos parceiros africanos a continuar a dialogar com o Brasil sobre formar e opções para aumentarmos o nosso comércio e para diversificá-lo, bem como para ampliarmos os investimentos de lado a lado, sempre com a participação crucial do setor privado (ARAÚJO, 2020, p. 252).

Diante da conjunção entre um mercado considerado potencial, um quadro de modesta recuperação comercial entre as duas partes e a afirmação das supostas credenciais brasileiras a partir do reconhecimento de uma trajetória e um “patrimônio cultural compartilhado” (ARAÚJO, 2020, p.251), a pauta comercial assumiria importância nos discursos do chanceler. Em 2020, no âmbito do seminário *Focus in Africa*, Araújo afirmara a existência de uma suposta política africana no governo Bolsonaro estruturada a partir de 4 eixos: valores, segurança e defesa, econômico-comercial e cooperação. Em relação ao terceiro, um sentido de ruptura em relação aos governos antecessores nortearia suas expectativas:

Na dimensão econômico-comercial – queria muito chegar nesse ponto, dada a ênfase muito grande que esse encontro pode ter e está tendo, tenho certeza, nessa dimensão – nós temos, há décadas, uma tentativa de ter uma presença comercial, econômica mais intensa do Brasil na África. As diferentes estratégias, os diferentes impulsos que aconteceram ao longo dos anos deram resultados parciais, digamos. Precisamos, agora, pensar como voltar a essa relação em novas bases, também de acordo com nas novas realidades. E aqui, nós vemos com muito interesse, e como uma imensa oportunidade, a tendência de integração econômica e comercial crescente no continente africano. Nós, como eu dizia, queremos ter uma relação muito específica e muito produtiva com cada país africano, mas, ao mesmo tempo, vemos que há essa oportunidade imensa de criar uma relação do conjunto da África com o Brasil em torno da própria integração econômica e comercial que existe no continente africano (ARAÚJO, 2021, p. 540).

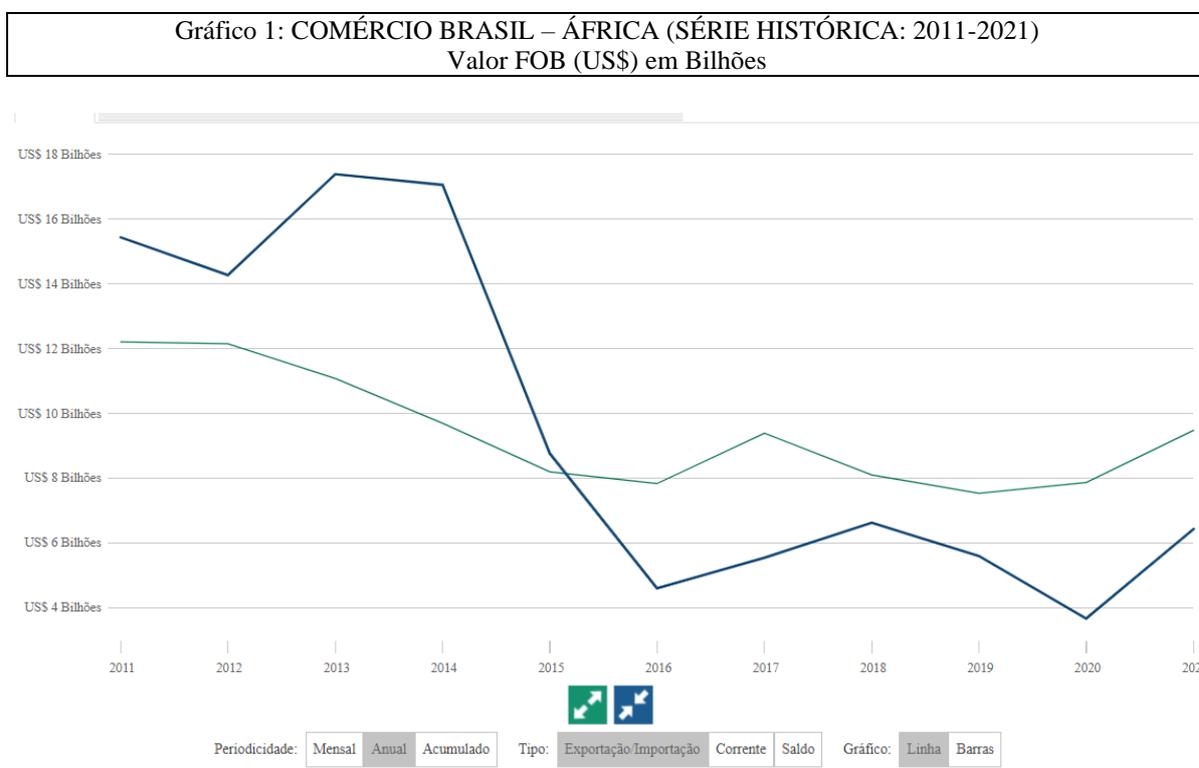
Entre os elogios ao processo de integração econômica do continente africano e o reconhecimento de um quadro favorável à construção de laços mais estreitos com o Brasil, o chanceler reiterava o protagonismo da agenda comercial na formulação da Política Externa para a África.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Mesmo com a ênfase atribuída à dimensão comercial para as relações Brasil – África e na construção da PEB, o chanceler Ernesto Araújo teria se colocado enquanto um crítico ao chamado “comercialismo”. Conforme Paulo Roberto de Almeida (2019), em aula magna no Instituto Rio Branco, Araújo afirmara que o comercialismo, isto é,

Apesar de seus esforços em reivindicar uma ruptura com o passado, a centralidade da dimensão econômica e algumas das principais características do comércio Brasil – África no governo Bolsonaro não representariam a abertura de uma nova era em tais relações. Considerando fatores como a dinâmica das importações e exportações anuais, o peso africano no comércio exterior brasileiro e a evolução dos principais parceiros do país naquele continente nos últimos anos como três importantes aspectos caracterizadores das dinâmicas econômicas entre os dois atores, algumas das linhas mais gerais observadas a partir de 2019 representariam a permanência de tendências registradas desde ao menos o governo Temer.

Conforme Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Mallmann, em meio às mudanças promovidas na Política Externa a partir de 2016, houve o reconhecimento de que “as relações comerciais entre o Brasil e o continente africano seriam a prioridade do governo, em detrimento dos laços diplomáticos, históricos, sociais e políticos vigentes na matriz anterior” (2020, p.146). Apesar disso, a recuperação comercial verificada entre 2016 e 2017 esteve longe de representar uma retomada da importância econômica da África no comércio exterior brasileiro. É o que se pode avaliar a partir dos dados sobre importações e importações entre 2011 e 2021:



uma visão de Política Externa restrita aos aspectos comerciais, seria uma das ameaças existentes ao funcionamento da diplomacia brasileira. Nesse sentido, o repensar quanto ao papel do comércio dentro das relações externas faria parte da luta ideológica apregoada pelo antiglobalismo reivindicado pelo chanceler.

Fonte: Ministério da Economia (2022).

Diante de um contexto de avanço do distanciamento do Brasil em relação ao continente africano, as relações econômicas envolvendo as duas partes do Atlântico seriam marcadas por um interessante jogo envolvendo muitas continuidades e algumas discontinuidades que permaneceriam como características desse comércio nos três primeiros anos do governo Bolsonaro. Do ponto de vista da balança comercial, a queda significativa nas importações brasileiras entre 2014 e 2016 seria determinante para o registro de seguidos *superávits* durante o governo Temer, tendência que seria também mantida durante o governo Bolsonaro. Mesmo diante das oscilações nos valores de importação registradas nos últimos seis anos, tal tendência não seria revertida.

Outra característica emergente nos governos anteriores foi a queda da participação africana no comércio exterior do Brasil. Conforme Daniela Freddo e Guilherme Gomes de Barros de Souza (2021), após atingir mais de 7% no ano de 2007 e manter índices acima de 5% até 2014, o peso africano no comércio brasileiro passou por significativas reduções até atingir 3,3% no primeiro ano de governo Bolsonaro. Em 2020, num contexto de queda geral do comércio exterior brasileiro,<sup>8</sup> a participação africana também continuou regredindo, constituindo apenas 3,1% em relação ao total do somatório de importações e exportações brasileiras. No ano seguinte, já num momento de recuperação do comércio exterior brasileiro e,<sup>9</sup> particularmente, das importações e exportações para o continente africano, sua participação no total geral registrou leve alta, atingindo aproximadamente 3,2%.

Com relação aos principais parceiros comerciais do país, os últimos três anos de relacionamento entre Brasil e África se caracterizaram pela manutenção de uma característica registrada não somente no governo Temer, mas também em relação aos seus antecessores.<sup>10</sup> Considerando o período entre 2011 e 2021, observa-se uma tendência de concentração a partir de um conjunto muito específico de países enquanto principais parceiros comerciais do país,<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Em 2019, segundo dados do Ministério da Economia, o somatório geral de importações e exportações brasileiras esteve na casa dos 401 bilhões de dólares. Já em 2020, o índice caiu para 368 bilhões de dólares.

<sup>9</sup> Após o registro de queda geral do comércio exterior em 2020, o somatório entre importações e exportações totais brasileiras em 2021 chegou à casa dos 499 bilhões de dólares, número superior ao atingido no primeiro ano de governo Jair Bolsonaro.

<sup>10</sup> Essa característica foi apontada por Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020). Conforme estes autores, o Brasil possuiu um mesmo conjunto de países como principais parceiros ao longo dos governos Lula, Dilma e Temer: África do Sul, Nigéria, Angola, Argélia e Egito.

<sup>11</sup> A tendência de concentração do comércio entre Brasil e África em um ou mais parceiros é uma característica que pode ser observada em diferentes momentos da História, inclusive nos contextos de maior aproximação entre as duas partes. No contexto da PEI, por exemplo, o comércio com a África do Sul correspondia a cerca de metade das exportações brasileiras para todo o continente. Já entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1990, a Nigéria

intercalando posições entre os cinco primeiros mercados exportadores e importadores ao longo do recorte registrado:

Quadro 1: PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL NA ÁFRICA EM ORDEM DECRESCENTE (2011-2021)			
2011		2012	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Nigéria
África do Sul	Argélia	África do Sul	Argélia
Argélia	Marrocos	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Angola	África do Sul
Angola	Guiné Equatorial	Nigéria	Egito
2013		2014	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Nigéria
África do Sul	Argélia	Angola	Argélia
Angola	Marrocos	África do Sul	Marrocos
Argélia	Guiné Equatorial	Argélia	Angola
Nigéria	Angola	Nigéria	Guiné Equatorial
2015		2016	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Argélia
África do Sul	Argélia	África do Sul	Nigéria
Argélia	Marrocos	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Nigéria	África do Sul
Angola	Guiné Equatorial	Angola	Gana
2017		2018	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Argélia	Egito	Argélia
África do Sul	Marrocos	África do Sul	Nigéria
Argélia	Nigéria	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Nigéria	África do Sul
Angola	Angola	Marrocos	Egito
2019		2020	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Argélia	Egito	Marrocos
África do Sul	Marrocos	Argélia	Argélia
Argélia	Nigéria	África do Sul	África do Sul
Nigéria	África do Sul	Marrocos	Nigéria
Marrocos	Egito	Nigéria	Egito
2021			
Exportação		Importação	
Egito		Marrocos	
Argélia		Argélia	
África do Sul		África do Sul	
Nigéria		Nigéria	
Marrocos		Egito	
Angola		Togo	

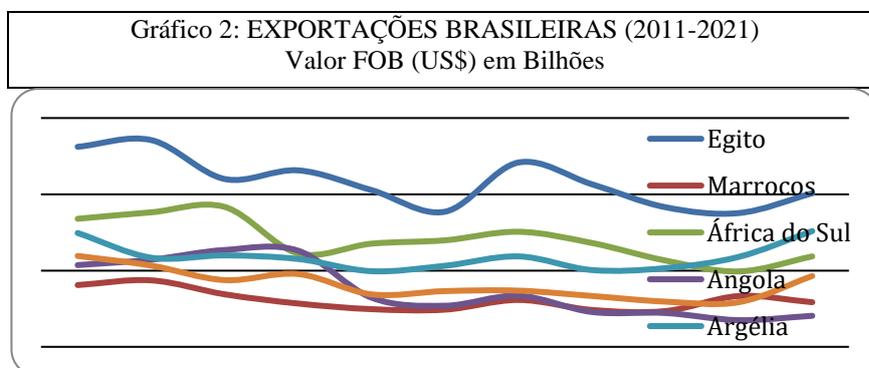
Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022).

Exceto a queda significativa no comércio entre Brasil e Guiné Equatorial, as principais parcerias brasileiras no continente africano foram África do Sul, Egito, Nigéria, Argélia, Marrocos e Angola. Contudo, algumas variações observadas nos últimos anos merecem

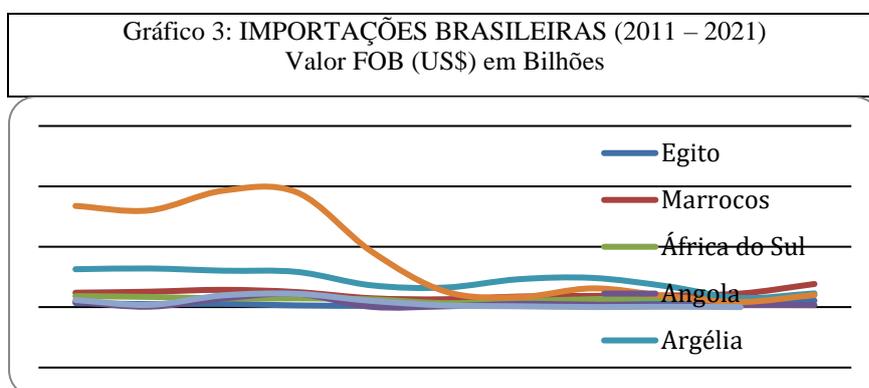
---

ocuparia o protagonismo, ocupando também cerca de 50% do comércio total brasileiro em todo o conjunto africano (SARAIVA, 1996)

destaque. Considerando o desempenho das exportações e importações brasileiras frente aos países citados, é possível observar interessantes mudanças nos últimos anos:



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022)



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022)

Exceto a liderança egípcia no conjunto das exportações brasileiras ao longo dos últimos dez anos,<sup>12</sup> as posições dos principais parceiros brasileiros sofreram com variações de ordem ou de volume comercial. Considerando as exportações, o gráfico sugere ao menos três características relevantes. Em relação ao comércio entre Brasil e Angola, após um quadro de cinco anos de queda, exceto pela breve oscilação registrada em 2017, os dados registrados em 2021 apontam uma leve alta. Tais resultados, quando confrontados com os anos anteriores da mesma série histórica, revelam a timidez desse processo de retomada. Ocupando o segundo lugar entre os principais parceiros brasileiros em 2014, o comércio com Angola despencou ao

<sup>12</sup> A liderança egípcia enquanto principal destino das exportações brasileiras para o continente africano foi iniciada ainda no final do segundo mandato de Lula. Conforme Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017), diante de um quadro de aprofundamento nas relações entre os dois países nesse período, o papel egípcio no interior das relações comerciais entre Brasil e África se elevou a tal ordem que atingira cerca de 1/5 do total registrado das exportações brasileiras para aquele continente.

longo dos anos subsequentes, atingindo o sexto lugar nas exportações em 2018 e permanecendo na mesma colocação até 2021.

Entre os diferentes movimentos de alta nas exportações registradas em 2021, os dados referentes à Argélia chamam atenção. Estando sempre entre os cinco principais destinos das exportações do país para o continente africano, o maior índice observado nos últimos 10 anos ocorreu no terceiro ano do governo Bolsonaro. Seu crescimento foi bem maior do que a recuperação observada nas exportações brasileiras para o Egito. Com relação ao último, ainda que 2021 marcasse um ano de recuperação das exportações brasileiras para o Egito, o índice registrado foi inferior à boa parte dos anos anteriores.

Com relação à dinâmica das importações, 2021 representou o pico de uma tendência de crescimento do comércio com o Marrocos, registrada desde 2017. Sem desconsiderar que os números mais recentes não ultrapassaram o valor mais alto das importações, registrado em 2013, a movimentação atual se insere num contexto peculiar para as relações entre Brasília e Rabat, pensadas também no interior dos diálogos entre Brasil, Israel e Países Árabes. Em discurso proferido no ano de 2019, Ernesto Araújo mencionaria diretamente as relações entre Brasil e Marrocos como o símbolo de um suposto novo momento da política brasileira para o Oriente Médio e o Norte da África:

Tudo isso no sentido de nos integrarmos às cadeias de valor, valorizar parcerias que estavam negligenciadas, criar novas parcerias. Acho que um bom exemplo também do que nós estamos fazendo é Israel e os países árabes. Nós, como os senhores sabem, temos uma política de aproximação muito grande com Israel. Dizia-se que isso iria em detrimento do nosso relacionamento com países árabes, mas é exatamente o oposto que está acontecendo. Há um interesse enorme, crescente, gigantesco, por parte dos países do Golfo, dos países do norte da África, sobretudo Marrocos, por exemplo, mas muito certamente dos países do Golfo, que têm os maiores fundos de investimento do mundo, em investir mais no Brasil, em ser parceiros muito mais profundos do Brasil (ARAÚJO, 2020, p. 364).

Observadas a partir de dois ângulos geopolíticos, o Mundo Árabe e a África, as relações entre Brasil e Marrocos assumiriam uma importância econômica e política na visão do chanceler brasileiro. Em visita oficial do chanceler Nasser Bourita ao Brasil em 2019, um sentido de aprofundamento nos laços foi traçado, a partir da exposição de convergências em temas polêmicos como a situação política na Venezuela e a questão do Saara Ocidental,<sup>13</sup> mas

---

<sup>13</sup> Um dos principais pontos de divergência entre Marrocos e Venezuela diz respeito ao reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática e o apoio ofertado a Frente Polisário por parte de Caracas. Na contramão de seus adversários, o autoproclamado Juan Guaidó acenou positivamente às posições marroquinas como na

também no interesse recíproco em estabelecerem acordos de cooperação no continente africano (BRASIL, 2021). Segundo Mohammed Nadir et al. (2021), do ponto de vista marroquino, tais relações assumem importantes resultados, tendo em vista a presença brasileira entre os principais parceiros das exportações do país do Norte da África.<sup>14</sup>

Outra tendência importante diz respeito à retomada do crescimento do comércio brasileiro com a Nigéria. De forma muito parecida com o caso angolano, os índices de melhora nem de longe se aproximam do volume registrado na primeira metade da década passada. De principal mercado de origem das importações brasileiras no continente africano naquele período, a Nigéria perdera espaço ao longo dos anos subsequentes, ocupando em 2021 a quarta colocação. Tal cenário ilustra o que Flávio Francisco, Kethelyn Santos e Maryanna Sagio Alves classificaram como uma “perda de fôlego” do comércio brasileiro (2020, p.12), mesmo considerando antigos parceiros de destaque. Assim, o que se apresenta como uma possibilidade de reversão no quadro declinante das relações econômicas entre Brasil e África deve ser visto com cautela à luz das oscilações registradas nos últimos anos e da significativa queda ocorrida no auge da crise política brasileira.

### **Considerações finais**

A partir de um ponto de vista histórico e historiográfico, as relações Brasil – África sofreram com a inexistência de uma política sólida nas últimas décadas. Entre diversos movimentos de aproximação e distanciamento, diferentes fatores domésticos e sistêmicos convergiram na produção de limites e possibilidades para a afirmação brasileira naquele continente. Em mais uma fase dessa dinâmica, a lógica do distanciamento vem predominando na trajetória da PEB desde o Governo Dilma, ganhando contornos mais nítidos com os seus sucessores.

Na construção de um estado da arte de tais relações, buscou-se evidenciar os principais aspectos que fundamentaram historicamente diversas iniciativas brasileiras para o continente africano e que, em nosso entendimento, são fundamentais para uma avaliação mais profunda sobre a situação atual. Temas como a cooperação, as relações econômicas, a interação entre os atores institucionais e sociais frente a uma agenda que mobilizou diferentes setores da

---

proposta do Plano de Autonomia do Saara Ocidental, defendido por Rabat. Vale destacar que o Marrocos reconheceu formalmente Guaidó como presidente interino da Venezuela.

<sup>14</sup> Considerando dados referentes ao ano de 2012, Paulo Fagundes Vizentini (2014) apontava que o Brasil já ocupava uma posição de destaque naquele período entre os principais destinos das exportações marroquina, junto com França, Índia, Espanha e Estados Unidos.

população brasileira e as construções discursivas sobre a África, as relações Brasil – África e o papel dos africanos na formação social e histórica do Brasil evidenciam um caráter multifacetado sobre um dos eixos mais estratégicos de projeção externa do país.

Considerando a variável do comércio exterior, os dados registrados sobre o governo Bolsonaro, quando confrontados com a trajetória mais recente das relações econômicas entre Brasil e África, revelaram a manutenção de algumas características comerciais traçadas ainda no governo Temer e, em alguns casos, herdadas das experiências dos governos anteriores. Influenciada pela queda no volume das importações brasileiras após 2014, a tendência superavitária do comércio a partir de 2016 se afirmou ao longo dos últimos cinco anos. Mesmo com as oscilações observadas também nas exportações, a principal mudança no comércio brasileiro com a África registrada no governo Temer permaneceria também como característica importante no governo Bolsonaro.

Além de superavitário, outro aspecto observado na dinâmica comercial entre brasileiros e africanos diz respeito à sua perda de espaço no quadro geral do comércio exterior brasileiro. Em pouco mais de seis anos (2015-2021), a participação africana nas relações econômicas do Brasil caiu quase 2%. O tímido aumento registrado em 2021 pouco altera esse quadro, tendo em vista um crescimento no comércio brasileiro após o primeiro ano da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista das principais parcerias comerciais, um seleto grupo de países (Egito, África do Sul, Nigéria, Argélia, Marrocos e Angola) continuaria a figurar entre os principais destinos das exportações brasileiras e origens das importações deste país, seguindo, com algumas ressalvas, uma tendência observada para os últimos dez anos. Contudo, um breve olhar sobre a trajetória particular do comércio brasileiro com cada um desses países no mesmo recorte sugerido revela alguns movimentos interessantes, tais como o crescimento das exportações marroquinas para o Brasil, uma tímida elevação das importações angolanas de produtos brasileiros após anos de queda no comércio entre os dois países, sinais de recuperação no comércio brasileiro com Nigéria e África do Sul e um retorno do crescimento do comércio com a Argélia.

A tímida recuperação, além de ocorrer num contexto geral de retomada do comércio exterior brasileiro após o ano de 2020 e se beneficiar do crescimento econômico do continente africano, está longe de alterar o quadro de distanciamento entre as duas partes do Atlântico. Se o comércio emergiria como o principal vetor de aproximação nos discursos dos chanceleres

brasileiros a partir de 2016, os números, contrapondo as palavras, evidenciariam o abandono gradual e nocivo das estratégias de afirmação da presença brasileira no continente negro.

Nos anos de Jair Bolsonaro, a PEB parece se comportar como um novo “passo fora da cadência”.<sup>15</sup> Nas tentativas de constituição de um relacionamento privilegiado com o Chefe de Estado de uma potência em declínio e nos esforços de estreitamento de laços com governos e movimentos de direita e extrema-direita ao redor do globo,<sup>16</sup> as características mais gerais de um quadro de retrocesso na Política Externa apontam para um descompasso estratégico de uma potência emergente como o Brasil diante das rápidas transformações mundiais. Nesse reconhecimento, retirar as relações Brasil – África do silêncio imposto por meio dos múltiplos e barulhentos ruídos provocados pelas opções governamentais em Política Externa nos últimos anos se torna uma agenda de pesquisa necessária e, ao mesmo tempo, desafiante diante das incertezas no plano doméstico e dos dilemas de natureza sistêmica.

### Fontes utilizadas

ARAÚJO, Ernesto. **A nova política externa brasileira**: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG, 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Política externa**: soberania, democracia e liberdade: coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: < <http://funag.gov.br/biblioteca/download/politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade.pdf> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da visita do Chanceler do Marrocos, Nasser Bourita**. 07 out. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/declaracao-a-imprensa-do-ministro-ernesto-araujo-por-ocasio-da-visita-do-chanceler-do-marrocos-nasser-bourita>> Acesso em: 10 jun. 2022

BRASIL. Ministério da Economia. Exportação e Importação Geral. **COMEX STAT**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> . Acesso em: 09 jun. 2022.

---

<sup>15</sup> Expressão usada por Amado Cervo para designar um conjunto de mudanças promovidas pelo governo Castello Branco na PEB. Segundo Cervo, no sentido de se distanciar dos princípios que constituíam a PEI, o novo governo optou por uma política de regressão “às concepções da nova ordem internacional engendrada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, consoante os parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas” (CERVO; BUENO, 2011, p.393). Apesar da existência de contradições e limites na afirmação dessas diretrizes, tal política se encontrava em descompasso diante das transformações no sistema mundial e no próprio cenário da Guerra Fria.

<sup>16</sup> Dialogamos com a tese de Immanuel Wallerstein sobre o declínio do poder estadunidense enquanto uma realidade geopolítica do sistema mundo contemporâneo desde pelo menos o início dos anos 1970. Partindo da premissa de que os fatores que contribuíram para a ascensão de Washington estiveram recentemente atrelados ao seu declínio, Wallerstein situa historicamente esse processo de crise hegemônica a partir de quatro grandes eventos: Vietnã e a rejeição do status quo de Yalta; As revoluções de 1968 e os abalos promovidos tanto ao liberalismo centrista quanto aos movimentos antissistêmicos; A queda do muro de Berlim e a reação estadunidense ao fim do equilíbrio de terror e do desafio ideológico e cultural proporcionado pelos movimentos socialistas e comunistas no Pós-Guerra e, por fim, os ataques de 11 de Setembro de 2001 e a aceleração no ritmo do declínio (WALLERSTEIN, 2004).

FERREIRA, Aloysio Nunes. A Nova Política Externa Brasileira. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 3, n.6, p.15-26, dez. 2017. Disponível em: <[https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-92-cadernos\\_de\\_politica\\_exterior\\_ano\\_3\\_numero\\_6\\_segundo\\_semestre\\_de\\_2017](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-92-cadernos_de_politica_exterior_ano_3_numero_6_segundo_semestre_de_2017)>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FREIRE, Diego. Bolsonaro extingue embaixadas na África e no Caribe criadas em governos do PT. **CNN Brasil**. 20/05/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bolsonaro-extingue-embaixadas-na-africa-e-no-caribe-criadas-em-governos-do-pt/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GULLINO, Daniel. Viagens de Bolsonaro revelam guinada na política externa; África está fora da lista. **O Globo**. 13/03/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/viagens-de-bolsonaro-revelam-guinada-na-politica-externa-africa-esta-fora-da-lista-25430374>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SERRA, José. **Discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Brasília, 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

## Referências

ALMEIDA, Elga Lessa. Do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX. **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 241, n.241, p.445-476, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ucesal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/353>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da Diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty**. Brasília: Ed. do autor, 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª Ed. Brasília, UNB, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRANCISCO, Flávio; SANTOS, Kethelyn; ALVES, Maryanna Sagio. O vácuo brasileiro nas relações Brasil – África e as transformações no continente africano. In: AZZI, Diego Araújo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; SOUZA, Ana Teresa Lopes Maria de. **A política externa de Bolsonaro na Pandemia**. São Bernardo do Campo: OPEB, 2020, p.08-20.

FREDDO, Daniela; SOUZA, Guilherme Gomes de Barros de. Entre diplomacia e comércio exterior: uma análise das relações Brasil – África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.6, n.12, p.175-195, jul./dez.2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/105200>>. Disponível em: 23 jul. 2022.

GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. **Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <

[http://funag.gov.br/loja/download/EGITO\\_REVOLUCAO\\_E\\_CONTRARREVOLUCAO\\_MIOLO\\_FINAL.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/EGITO_REVOLUCAO_E_CONTRARREVOLUCAO_MIOLO_FINAL.pdf) >. Acesso em: 23 jul. 2022.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da Política Externa do Governo Lula. **Lua Nova**, São Paulo, n. 89, p.275-295, 2013.

LAMAS, Isabella; FINAZZI, João; NASSER, Reginaldo. Entre Porto Alegre e Davos. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017, p.134-139.

LIMA, João Antônio dos Santos. Cooperação Sul-Sul através de números: regiões, setores e governança. In: KRAYCHETE, Elsa Sousa; MILANI, Carlos R. S. [Orgs.]. **Desenvolvimento e cooperação internacional: relações de poder e política dos Estados**. Salvador: EDUFBA, 2014, p.359-380.

MELLO, Patrícia Campos. Brasil e África: O recuo do Brasil na África: o desmantelamento da ofensiva de soft power do governo Lula. In: WESTMANN, Gustavo. **Novos Olhares Sobre a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2017, p.117-124.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/729> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v.9, p.01-19, 2020. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941> > . Acesso em: 23 jul. 2022.

NADIR, Mohammed et al. Relações Brasil – Marrocos e Norte da África. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**. 10 ago. 2021. Disponível em: <<http://opeb.org/2021/08/09/relacoes-brasil-marrocos-e-norte-da-africa/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. Documento nº4: Etnia afro-brasileira e política internacional. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980, p.155-208.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius Henrique. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.15, n. 3, p.129 – 150, 2020. Disponível em: < <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana de; PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos Antônio Fávoro. Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira. **Revista de Estudos Brasileños**, Salamanca, v.5, n.9, p.148-160, 2018.

Partido Social Liberal (PSL). O Caminho da Prosperidade. **Proposta de Plano de Governo**, 2018.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Adjustment Changes: a política africana do Brasil no Pós-Guerra Fria. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.18, n.35, p.55-79, fev. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bFvjsqq8WGG9R8wyGvC5mJM/?lang=pt> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. In: **Revista de informação legislativa**, Brasília, v.30, n.118, p.219-236, abr./jun. 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.64, p.117-137, 2019. Disponível em: <[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri64/RI\\_64\\_art08\\_MGSAVCS.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2022.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O grande Oriente Médio:** da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano:** os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.